

LAMOUNIER, Bolivar, org. *Voto de desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis, Vozes, 1980 265 p.

O *Voto de Desconfiança*, organizado por Bolivar Lamounier, é obra atualmente importante do ponto de vista substantivo e metodológico, bem como poderá ser amplamente utilizado como modelo para outros trabalhos sobre pesquisas eleitorais.

Ao lado de outros estudos, baseados em *surveys* políticos e sobre comportamento eleitoral, esta obra nos dá uma visão real de fatos que valorizaram o processo eleitoral a partir de 1974.

Os cinco autores utilizaram questionários individuais e dados oficiais, usando metodologias quantitativa e qualitativa, cada um tendo inteira responsabilidade pelo seu trabalho.

Apesar da independência de abordagens, todos os ensaios têm um único objetivo: estimular o debate e sistematizar os dados, documentando e recuperando a memória política nacional do período bipartidário.

O primeiro ensaio é de Lamounier, "O Voto em São Paulo, 1970-1978", que aborda as tendências eleitorais na Capital, "tomando como ponto de partida a rápida erosão da legitimidade do regime pós-64 junto à população urbana e o desajuste eleitoral da ARENA". O autor demonstra que esse processo, embora

*Ci. & Tróp., Recife 10(1): 85-113 jan./jun., 1982*

maciço, não ocorre de maneira homogênea, pois as áreas do município que deixaram de apoiar o governo e o transferem para a oposição, são aquelas de mais baixa renda média familiar e mais carentes.

Lamounier explica a maciça votação oposicionista verificada nos pleitos do bipartidarismo brasileiro, utilizando o cruzamento dos tipos de expectativas capazes de motivar o eleitor e faz uma tipologia que distingue o "voto ideológico" — "expectativa de benefícios de caráter mais genérico e menos divisíveis" — e o "voto de clientela" — "expectativa de benefício e diferenciados", com os "objetos" nos quais a atenção dos eleitores é suscetível de se fixar — "os depositários de suas expectativas". Categorizando dentro deste esquema, as três modalidades de voto: o personalista, o partidário e um terceiro voltado para questões substantivas — *issue-oriented*.

Tal cruzamento permitiu ao autor concluir que nem todo voto baseado em questões substantivas deve ser considerado "ideológico", seja por faltar-lhe "abrangência e estruturação", seja por "alimentar expectativas de benefícios imediato e diferenciado". Sendo o voto ideológico paradigmático, aquele orientado "em direção a questões substantivas percebidas como conjuntos fortemente integrados, interdependentes".

No entanto, o autor atenta para a existência de uma identificação com o MDB, "sigla mágica", caracterizada como ideológica no que diz respeito às expectativas, pelo menos no sentido limitado que a legenda se transformou, desde 1974, numa espécie de condensador de insatisfações difusas.

Concluindo, Lamounier prenuncia que a extinção da ARENA e do MDB não altera os dados básicos do problema, pois, "não modifica a composição sócio-econômica do eleitorado urbano e nem mesmo sua tendência a orientar-se segundo critérios não mais clientelísticos, e sim ideológico-partidários".

O segundo ensaio é de Tereza Pires, "Para que serve o voto?", onde traça o perfil de um bairro da periferia: São Miguel Paulista. Baseando-se em observações e em entrevistas pessoais, focaliza fundamentalmente o problema da participação política dos moradores de baixa renda.

A contribuição mais importante do ensaio é tentar superar alguns estereótipos a respeito da questão da participação: o estereótipo conservador da "apatia", ou pior da "incapacidade" dessas camadas para o exercício consciente da cidadania e a concepção simétrica e ingênua que as vê prontas e dispostas a mostrar sua força tão logo se desfaça a "repressão".

A autora apresenta, ainda, hipóteses sobre a visão da política e da representação política na consciência dos moradores do bairro.

E uma das teses é que o comportamento da maioria da população diante das urnas pode ser compreendido como uma opção entre duas siglas ARENA e MDB. Considerando que por mais desinformados que sejam e incapazes de perceber claramente o mecanismo político-eleitoral, os seus entrevistados têm uma visão razoavelmente definida do sistema político como um todo e ainda que de maneira difusa, sabem que lhes foi retirado o meio mais importante de participação política, o que lhes permitia sentirem-se cidadãos e representados.

Fica claro a informação deficiente do eleitor, persistindo a sua baixa participação política devido, principalmente, ao distanciamento de assuntos políticos, como reforma eleitoral, "pacote", voto vinculado, sublegenda e outros termos.

O terceiro ensaio de Shiguenoli Miyamoto sobre "Eleições de 1978 em São Paulo: a Campanha", focaliza a campanha eleitoral no estado paulista e documenta o problema político-eleitoral, baseando-se em levantamento do noticiário da imprensa, de entrevistas pessoais com candidatos de ambos os partidos e dos resultados de *survey* realizado pela PUC/SP, na capital paulista em outubro e novembro.

O autor ressalta as divisões internas no momento mais difícil da vida partidária — o da escolha dos candidatos — e mostra ainda a convivência na ARENA e no MDB de grupos ideologicamente articulados com formas diferentes de "populismo" e "clientelismo".

E o que é mais importante, o autor documenta os limites e condições impostas à campanha eleitoral pelas restrições legais vigentes. Registra a estratégia especial dos candidatos, no que se refere ao alto custo da campanha, e demonstra uma estimativa dos gastos reais que supera em muito os custos estabelecidos pela legislação eleitoral.

Muito embora os candidatos utilizassem a mobilização de grupos de apoio religioso, estudantis, étnicos, sindicais e profissionais, se viram obrigados a grandes despesas, justamente por não terem acesso aos meios de comunicação de forma mais ampla, com debates e informações.

Um dado muito importante neste estudo é o registro de uma cronologia com os principais fatos da campanha de abril a novembro de 1978.

No quarto estudo de Celina Rabello sobre *A Lei Falcão: Antecedentes e Impacto*, são também abordadas as restrições à campanha política.

Tratando-se não de um estudo jurídico-formal, mas da análise de uma política regulatória, este ensaio, além da contribuição que traz ao estudioso do problema político-eleitoral, é também um estudo na área que se convencionou chamar de *análise de políticas públicas*.

A autora nos mostra que a regulamentação do uso do rádio e da televisão nas campanhas eleitorais, desde 1950, obedeceu muito mais às imposições das diferentes conjunturas políticas e aos entrecosques de interesses do que a preocupação de coerência formal. Salienta, ainda, que o objeto de seu estudo, o uso dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais, costuma ser um problema delicado mesmo sob condições plenamente democráticas.

Finalmente, a autora sugere, ao examinar atitudes populares em relação à Lei Falcão, que a presença da campanha eleitoral no rádio e televisão suscita problemas teóricos na área chamada de *antropologia política*. Considera que a política através dos meios de comunicação de massa entra nos lares, na hora de lazer em horários nobres, invadindo a consciência dos indivíduos. A autora conclui "não pode se conceber a revitalização política com a permanência da Lei Falcão".

O quinto e último ensaio é de Maria D'Alva Kinzo, intitulado "Novos partidos: o início do debate", reúne parte das informações sobre a decisão de se implantar o bipartidarismo em 1965, e documenta os fatos que conduziram às tentativas de reformulação partidária em 1979.

Através de um levantamento cronológico, nos principais jornais no período de 1978 a 1979, a autora mostra o processo conduzido pelo círculo dirigente e sua "estratégia de normalização democrática controlada" diante da conveniência da mudança para o pluripartidarismo".

Daí a importância documental de seu estudo, que registra o período bipartidário e seus efeitos no sistema político brasileiro: levando em conta que a reformulação partidária reclamada, visando o pluripartidarismo, seria um projeto difícil diante de um Estado que detém infinitos meios de limitações e casuísmos.

Constança Pereira de Sá  
UNICAP e FAFIRE.